

UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS
ECONOMIA 3.º ANO – PÓS-LABORAL
ECONOMIA PORTUGUESA E MUNDIAL

A Integração Europeia e a modernização económica e social

Docente:

António Santos

Discente:

Cláudio da Costa – 30004846

Lisboa, Janeiro de 2022

Índice

Introdução

A Integração Europeia e a modernização económica e social.

1. Integração europeia

2. União europeia

2.1 Breve histórico

2.1.1 Integração de Portugal na CE

2.1.2 Impacto da adesão à CE

2.1.3 Desvantagens da adesão à CE

2.2 Principais instituições

3. Processo de Integração europeia

3.1 Fases do processo de integração

4. Desafio do alargamento

Introdução

Com este trabalho proponho-me de maneira sintética analisar a relação entre Portugal e a Europa desde o início do século XIX, altura em que se começa a esboçar um processo de aproximação embora ainda não institucional, até aos dias de hoje.

O impulso, dado a este processo a partir de 1985, mais não representou que o reforço de uma tendência que se foi evidenciando ao longo dos tempos, atravessando momentos de afastamento seguido de reaproximações ao sabor dos “ventos” da história

Este trabalho pretende ao longo das suas duas partes aprofundar o conhecimento sobre a participação portuguesa no processo de integração europeia.

A União Europeia, anteriormente designada Comunidades Europeias (CECA, CEE, CEEA - EURATOM) é o resultado de um processo de cooperação e de integração que se iniciou em 1951, nascido da conjuntura internacional do pós - 2ª Guerra, com o objetivo de construir um projeto comum de paz e prosperidade.

Analisarei os impactos que a adesão à CE trouxe a Portugal, bem como o processo de integração de modo geral.

A Integração Europeia e a modernização económica e social.

1. Integração europeia

A integração europeia é o processo político e económico de integração “integracionista” dos Estados da Europa, incluindo alguns estados que estão parcialmente na Europa. Na atualidade, a integração europeia é um processo vital para o sucesso da União Europeia. Compreende-se por Integração o processo de formação de uma comunidade política por união de duas ou mais unidades, no caso a formação e construção da União Europeia.

2. União Europeia

É uma união económica, social e política de 27 países europeus que participam de um projeto de integração política e económica.

2.1 Breve histórico

O início da construção da União europeia é marcada no ano de 1951 pelo Tratado de Paris, no qual deu-se a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), após a concessão da proposta de Robert Schuman, na altura ministro dos Negócios estrangeiros francês, que propôs à França e a República Federal da Alemanha que pusessem em comum os seus recursos de carvão e de aço, numa Organização aberta a outros países da Europa. A mesma proposta foi acolhida de forma entusiasmada pelo Konrad Adenauer, na altura chanceler da República Federal da Alemanha.

Seguido do mais importante impulso que teve lugar em 1957 com a assinatura do Tratado de Roma, com a criação da Comunidade Económica Europeia (CEE) e da Comunidade Europeia de Energia Atómica (CEEa), no qual os países constituintes foram França, Itália, Alemanha Ocidental (na altura República Federal Alemã), e pela Bélgica, Holanda e Luxemburgo. O acordo teve como finalidade estabelecer um mercado europeu comum que permitisse a livre circulação de pessoas, bens e capitais e a troca de conhecimentos sobre a energia atómica e a sua utilização para fins pacíficos respectivamente.

2.1.1 Integração de Portugal na CE

Portugal aderiu à CE em Janeiro de 1986, no entanto isso ocorreu depois de um período de negociações e ajustamentos durante a pré-adesão (prévia adesão).

A adesão de Portugal à CE é uma das consequências do 25 de Abril de 1974 e das subsequentes alterações que esta resolução provocou nos aspectos económicos, político e social. O 25 de Abril vem pôr fim a uma política económica em degradação, com enorme dependência externa, e a um poder político contestado por uma população com más condições de vida e fraco poder de compra.

Com a entrada na CE Portugal vivencia um período de forte expansão económica, na sua segunda fase de integração europeia, registando-se um dos impactos mais elevados entre os membros que entraram na CE no período entre 1975-1986. A entrada de investimento direto do estrangeiro foi um dos principais motores que permitiu o sustento do processo de reestruturação económica e de fundos comunitários que alimentaram a construção de infraestruturas sociais e de transporte.

2.1.2 Impactos da adesão à CE

A adesão de Portugal à CE acarretou algumas repercussões das quais podemos destacar:

- Aumento do grau de abertura
- Convergência face à EU;
- Maior variedade e qualidade de produtos;

- Transferência de tecnologia;
- Maior sincronismo com o ciclo económico europeu;
- Aumento da produtividade;
- Efeitos na agricultura;
- Alteração da estrutura produtiva;
- Alteração da composição e da estrutura regional do comércio externo;

Para a análise sobre o impacto da adesão de Portugal na evolução da PIB (1970-1990) vide abaixo a seguinte tabela (fonte PORDATA):

ANO	TAXA CRESCIMENTO (em %)	ANO	TAXA CRESCIMENTO (em %)
1970	8,47	1986	3,32
1980	4,76	1987	7,63
1981	2,17	1990	7,86

Segunda fase, anos 90 do século XX e, novamente, a partir do início do século XXI :

- Persistência dos problemas estruturais nos setores-chave da economia.
- Ausência de reformas estruturais.
- Falta de competitividade face às economias europeias.

Segue a tabela para análise do impacto da adesão de Portugal na evolução da PIB (1990-2002), fonte PORDATA:

ANO	TAXA CRESCIMENTO (em %)	ANO	TAXA CRESCIMENTO (em %)
1990	7,86	1997	4,40
1992	3,13	2000	3,82
1994	1,49	2002	0,77

2.1.3 Desvantagens da adesão à CE

A repercursões da adesão de Portugal à CE não foram de todo vantajosas, existiram algumas desvantagens das quais destaca-se a dificuldade para conseguir atingir os critérios de convergência.

Os critérios de convergência, também conhecidos como critérios de Maastricht, são critérios estabelecidos para os estados-membros da União europeia que têm de ser verificados para que estes atinjam a União económica e monetária (UEM) e adotem o euro, são eles:

- Estabilidade de preços
- Situação das finanças públicas
- Taxas de câmbio
- Taxas de juro a longo prazo

2.2 Principais instituições

2.2.1 Parlamento europeu (Representação popular)

Órgão de expressão democrática e controle político, que participa igualmente no processo legislativo (sem exercê-lo p.p. dito; reduzido seu poder de controle político sobre o conselho). Eleito por sufrágio universal. Pronuncia-se sobre as propostas da Comissão. Aprova ou rejeita Orçamento.

2.2.2 Conselho europeu (Órgão supremo) e Conselho de ministros (Representação dos governos dos estados-membros)

Conselho europeu – Centro Impulsionador das principais iniciativas políticas intrabloco e internacional. Instância de arbitragem das questões litigiosas que não obtiveram consenso no Conselho de Ministros

Conselho de ministros – Órgão Intergovernamental Deliberativo que assegura a coordenação das políticas económicas gerais dos Estados-membros. Poder quase-legislativo e Orçamental. Conclui os acordos internacionais negociados pela comissão.

2.2.3 Comissão Europeia (Órgão Executivo)

Elabora propostas de regulamentação comunitária, prepara o Orçamento da UE e elabora relatórios sobre as situações económica, social e jurídica (Relatório geral anual)

2.2.4 Tribunal da Justiça (Órgão judiciário)

Órgão jurisdicional que zela pela aplicação uniforme do Direito Comunitário.

Tribunal de primeira instância – Questões empresariais

2.2.5 Banco Europeu de Investimento

Organismo híbrido para obtenção de recursos em favor de investimentos prioritários.

Financiamento (Desenvolvimento de regiões desfavorecidas; reforço da Competitividade internacional da Indústria europeia e melhoria da Infra-estrutura).

2.2.6 Comitê Económico e Social

Consultivo sobre a sensibilidade sócio-profissional europeia.

2.2.7 Instituto monetário europeu

Responsável pela implementação da União económica e monetária (preencher as condições necessárias à concretização da última fase da União monetária – convergência dos principais indicadores macro-económicos; Efetuar preparativos para a instauração dos sistema europeu dos bancos centrais; Prosecução de uma Política monetária comum e criação de uma moeda única)

2.2.8 Comitê das regiões

2.2.9 Tribunal da Contas (Órgão de regulação fiscal)

3. Processo de integração europeia

➤ Assegurar a paz

A ideia de uma Europa unida começou por ser apenas um sonho de filósofos e visionários antes de se tornar um verdadeiro projeto político. Victor Hugo, por exemplo, imaginou uns “Estados Unidos da Europa” pacíficos e inspirados num ideal humanatário. O sonho foi desfeito pelos trágicos conflitos que assolaram o continente na primeira metade do século XX.

No entanto, foi das cinzas da Segunda Guerra Mundial que nasceu uma nova esperança . Os que haviam resistido ao totalitarismo durante a guerra estavam determinados a pôr fim aos antagonismos nacionais e a criar condições para uma paz duradoura. Entre 1945 e 1950, um

punhado de estadistas corajosos, como Robert Schuman, Konrad Adenauer, Alcide de Gasperi e Winston Churchill, empenhou-se em persuadir os seus povos a iniciarem uma nova era. Novas estruturas, baseadas em interesses comuns e assentes em tratados que garantissem o primado da lei e a igualdade das nações, iriam ser criadas na Europa Ocidental. Robert Schuman (Ministro dos Negócios Estrangeiros francês) retomou uma ideia originalmente lançada por Jean Monnet e, em 9 de Maio de 1950, propôs a fundação de uma Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). Colocar sob uma autoridade comum – a Alta Autoridade – a produção de carvão e de aço de países outrora inimigos era um ato pragmático mas simultaneamente de elevado valor simbólico. Com ele, as matérias primas da guerra transformavam-se em instrumentos de reconciliação e de paz.

➤ **1947 – Pós Guerra**

A Europa encontrava-se em ruínas após o fim da Segunda Guerra Mundial, a Europa necessitava de se revitalizar e renascer das cinzas. Nessa altura, os EUA ofereceram uma ajuda financeira através de um pacote intitulado Plano Marshall. Os Estados europeus fundaram, em 1947, a OECE – Organização Europeia de Cooperação Económica, para coordenar e administrar os capitais destinados a apoiar a reconstrução europeia. Esta organização passou a chamar-se OCDE.

➤ **1951 – Tratado de Paris**

Em 1951, foi criado um mercado comum do carvão e do aço, através do Tratado de Paris, com objetivo de gerir conjuntamente dois bens essenciais às economias da época. Tratava-se da constituição da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), formada pelos 6 países: Bélgica, França, República Federal da Alemanha, Itália, Luxemburgo e Países Baixos.

➤ **1957 – Tratado de Roma**

O tratado de Roma surgiu no seguimento do Tratado de Paris com os mesmos países membros e que originou a Comunidade Económica e Europeia (CEE), também na sequência deste tratado nasceu a Euratom – Comunidade Europeia da Energia Atómica.

A Euratom tinha como objetivo principal a utilização pacífica da energia atómica, numa época bastante conturbada no que se referia à utilização deste tipo de energia. Viviam-se a Guerra fria, num mundo bipolar disputado por duas esferas de influência dos EUA e da URSS, viviam-se na iminência de uma nova guerra mundial, existiu uma tremenda corrida ao armamento.

A CEE tinha como objetivo criar um mercado comum mais alargado, com livre circulação e adoção de uma pauta aduaneira comum relativamente a países terceiros, bem como a aplicação de políticas económicas e sociais comuns conducentes a uma integração económica total.

➤ **Década de 60**

Na década de 60, os direitos aduaneiros foram abolidos entre os seis países fundadores da CEE, tendo a união aduaneira sido concluído em 1968. Na mesma década, os seis países também estipularam políticas comuns para as áreas do comércio e da agricultura.

➤ **Década de 70**

Em 1973, mais três países decidiram aderir à CEE: a Dinamarca, o Reino Unido e a Irlanda. Este alargamento trouxe a definição de mais políticas comuns: passaram a ser privilegiados

aspectos sociais e, dois anos mais tarde, era criado o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

➤ **Década de 80**

Em 1981, foi a vez de a Grécia se juntar aos nove países da CEE, logo seguida por Portugal e Espanha, em 1986.



3.1 Fases do processo de integração

3.1.1 Livre comércio

Eliminação ou redução de tarifas aduaneiras e restrições ao intercâmbio. Ex: Nafta

3.1.2 União aduaneira

Livre comércio já em funcionamento além do estabelecimento de uma tarifa externa comum (TEC). Ex: Sistema andino de integração

3.1.3 Mercado comum

Implica a União aduaneira mais livre de circulação de bens, serviços, pessoas e capitais, além de regras comuns de concorrência. Ex: CE antes de 1993

3.1.4 União económica e política

Mercado comum acrescentado de sistema monetário comum, política externa e de defesa comum. Ex: UE a partir de 1993, após tratado de Maastricht

3.1.5 Confederação

União económica e política acrescida de união de direitos civis, comerciais, administrativos, fiscais, tributários e etc.

4. Desafio do alargamento

Num futuro próximo, a UE será constituída por mais países, já que outros Estados europeus manifestaram interesse em integrar o grupo. No entanto, para um país aderir a este projecto de união não lhe basta assinar um papel. Terá que cumprir e respeitar um conjunto de valores e regras, tais como:

- Paz;
- Democracia;
- Respeito pelos direitos humanos;
- E, ainda, possuir, um certo nível de desenvolvimento económico

Conclusão

Tendo chegado no final do meu trabalho é plausível afirmar que a adesão de Portugal à CEE garantiu, em termos políticos, o amadurecimento da democracia e aproximou Portugal da Europa e dos seus centros de decisão.

No domínio económico, contribuiu para a modernização e desenvolvimento da economia nacional, apesar dos problemas estruturais que ainda persistiam. Foi, indubitavelmente, um meio para combater o atraso económico e social do país.

Referências bibliográficas

- 3.4 A integração europeia e a modernização económica e social, slides da aula de Economia Portuguesa e Mundial, Dr António Duarte Santos.
- Wikipedia, União europeia
https://pt.wikipedia.org/wiki/União_Europeia#História
- Wikipedia, Comunidade europeia do carvão e do aço
https://pt.wikipedia.org/wiki/Comunidade_Europeia_do_Carvão_e_do_Aço
- Wikipedia, Critérios de convergência
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Critérios_de_convergência#:~:text=Critérios%20de%20convergência%20\(também%20conhecidos,UEM\)%20e%20adotem%20o%20euro.](https://pt.wikipedia.org/wiki/Critérios_de_convergência#:~:text=Critérios%20de%20convergência%20(também%20conhecidos,UEM)%20e%20adotem%20o%20euro.)
- Integração europeia, slideshare por Rafael Ávila
<https://pt.slideshare.net/rafaelavilabh/integracao-europa>
- Processo de Integração europeu, 20 de Abril, 2017
<http://explicacoeseconomia.com.pt/processo-integracao-europeu/>
A INTEGRAÇÃO EUROPEIA E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS
https://aia.madeira.gov.pt/images/files/telensino/HIST12_Aula_20abril.pdf